

NO COMANDO DA MAIOR PPP DE SANEAMENTO DO BRASIL

Em entrevista à Revista Cagece, o diretor de Gestão de Parcerias, Luciano Arruda, fala dos desafios, dos esforços e da operacionalização da maior Parceria Público-Privada do Brasil no segmento do Saneamento Básico. Ele também destaca os esforços da companhia para alcançar os indicadores de cobertura e de atendimento com os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto até 2033.

por EVA SILVA fotos RAYANE MAINARA

Com ampla carreira na área jurídica, Luciano Arruda assumiu a Diretoria de Gestão de Parcerias (DGP) da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) em março deste ano de 2023. Formado em Direito desde 1996, em sua trajetória profissional consta atuação como gestor de universidades, de institutos, do Sebrae, do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Secretaria do Turismo do município de Sobral, até chegar à Cagece para comandar o processo da PPP de esgoto.



Revista Cagece – Essa é a primeira experiência da Cagece referente à contratação por meio de PPP. De que forma se dá o acompanhamento da companhia com relação aos serviços prestados e ao cumprimento das metas e indicadores junto à Ambiental Ceará?

Luciano Arruda – Sim, esses são os dois primeiros contratos em parceria privada da companhia e são, também, os dois maiores contratos do segmento do país. O acompanhamento da Cagece deu-se a partir da decisão de se criar uma diretoria específica para cuidar do assunto. Nós aproveitamos aqui técnicos que trabalharam na consecução do projeto e hoje temos uma equipe formada por aproximadamente 50 pessoas. Nos dedicamos muito ao trabalho de campo aqui, em visitar as cidades, ir aos locais onde estão sendo executados esses projetos de expansão, temos ido ao Cariri com alguma frequência, às cidades aqui dos dois blocos junto à Região Metropolitana de Fortaleza e nós temos sim um caderno de metas que é crescente até o ano de 2033, quando nós chegaremos a esse número almejado de 90% de cobertura. Há

também indicadores que a gente vai acompanhando, não apenas de cobertura, mas indicadores sociais, de queda de internações e outros índices que certamente comporão esse trabalho. É importante ainda dizer que haverá um esforço no sentido de que, as áreas onde esses serviços serão desenvolvidos também serão requalificadas do ponto de vista urbanístico, sempre melhorando os pavimentos de asfalto, os pavimentos em pedra ou o próprio calçamento, fazendo pequenas obras nas proximidades desses locais, buscando qualificar o entorno de cada espaço onde serão executados esses serviços.

RC – Esta é considerada a maior parceria público-privada do Brasil. Quais particularidades dão a esta PPP tal destaque?

LA – Sobretudo do ponto de vista financeiro. Estão previstos investimentos em obras em torno de R\$ 6,2 bilhões. Mas, no decorrer, para que se faça a operação desses serviços serão necessários mais R\$ 12,5 bilhões, totalizando cerca de R\$ 19 bilhões de reais ao longo dos 30 anos, exatamente configurando esse contrato todo como a maior parceria com o privado do Brasil,

na área de saneamento básico.

RC – O contrato com a Ambiental Ceará, vencedora do leilão da PPP, é de 30 anos, mas ela precisa garantir até 2033 o cumprimento da meta de 90% de cobertura e atendimento com coleta e tratamento de esgoto, nos municípios contemplados na PPP. Após 2033, quais outras obrigações devem estar no radar da empresa? Ou seja, quais outras metas e indicadores a empresa contratada precisa cumprir e qual a periodicidade?

LA – Nós temos até 2033 para cumprir a primeira meta do contrato que é a universalização. Quando se fala em 90%, 95% como universalização, é porque como as cidades estão sempre crescendo, você nunca chega a 100%, né? Você chega a 90%, 95% de modo que o objetivo desses anos seguintes, os próximos 20 anos, é correr atrás desse crescimento. Como há uma perspectiva de renovação do contrato ao final desse período, depois de 2055, as gerações futuras é que vão cuidar desse assunto. A meta após a universalização é a manutenção e o crescimento orgânico para que a gente possa acompanhar o crescimento também das cidades.

“

Nos dedicamos muito ao trabalho de campo aqui, em visitar as cidades, ir aos locais onde estão sendo executados esses projetos de expansão, temos ido ao Cariri com alguma frequência, às cidades aqui dos dois blocos junto à Região Metropolitana de Fortaleza e nós temos sim um caderno de metas que é crescente até o ano de 2033, quando nós chegaremos a esse número almejado de 90% de cobertura”.

“

Estão previstos investimentos em obras em torno de R\$ 6,2 bilhões. Mas, no decorrer, para que se faça a operação desses serviços serão necessários mais R\$ 12,5 bilhões, totalizando cerca de R\$ 19 bilhões de reais ao longo dos 30 anos”.

RC – Sabemos que o foco principal da PPP é a universalização e o cumprimento do Marco Legal do Saneamento. Já é possível fazer uma avaliação dos trabalhos que estão sendo executados nos municípios contemplados pela PPP?

LA – Nesses primeiros 180 dias de cada bloco, após a assunção de operação definitiva da empresa contratada, ela deverá apresentar um cronograma de obras. Essa é a

fase, eu diria, que vai compreender basicamente a partir de dezembro deste ano ou janeiro de 2024. Então, a avaliação que a gente pode fazer, ainda muito modesta, é de que a gente está requalificando algumas áreas, a gente está empreendendo também um esforço em conjunto com a empresa que atua conosco, de conscientização, um trabalho social muito importante para que as pessoas passem

a se interligar. Esse trabalho está sendo feito agora, ainda de modo inicial, mas progressivo, no sentido de que a gente, ao final do ano, que é quando vai se dar o início das obras efetivamente, possa ter um avanço mais importante na questão da expansão.

RC – Uma das prerrogativas das metas do novo Marco Legal do Saneamento aponta principalmente para o percentual de atendimento. Sabemos que um dos grandes gargalos do setor é a adesão à rede coletora de esgoto. No contrato da PPP foi pensado algum instrumento que auxilie no alcance dessa meta?

LA – Nós temos exatamente programas de sensibilização para que a população venha a entender a importância das ligações intradomiciliares, porque não basta apenas que a rede esteja disponível, é necessário que essas casas,



essas moradias, estejam ligadas à rede para que a gente possa ter, de fato, a rede toda funcionando. Eles vão perceber com rapidez a vantagem, a importância dessas ligações. Nossos programas sociais, em conjunto com a Ambiental Ceará, realizam esforços no sentido de que a população se sensibilize com essa necessidade e avance com as ligações intradomiciliares. Além disso, em alguns municípios, as famílias de baixa renda terão as interligações gratuitas. Essas ligações serão de fato realizadas de modo gratuito, por métodos não destrutivos, para que haja o mínimo de transtorno para essas famílias dentro de suas casas.

RC – Os 24 municípios atendidos pela PPP estão distribuídos em dois blocos e nas regiões metropolitanas de Fortaleza Sul e do Cariri. As obras estão ocorrendo em todos os municípios de forma simultânea ou existem peculiaridades ou priorização na universalização de algum dos municípios?

LA – Nós estamos presentes em todas as 24 cidades, entretanto, há casos em que já há obras de expansão, como em Barbalha. Há

algumas iniciativas aqui na região de Paracuru, mas ainda estamos nessa fase de reconhecimento do terreno. Estamos trabalhando no projeto para que a empresa Ambiental nos apresente, ao final de 180 dias, esse cronograma das obras em si, e aí sim, a partir de 2024 nós avançaremos com celeridade, com rapidez para a consecução desse serviço. Há uma grande expectativa em relação a duas cidades: Santana do Cariri e Paraipaba. Elas já têm uma rede bem expressiva, na ordem de 75% a 80% de cobertura, mas que ainda não estão ligadas. Há um trabalho muito efetivo no sentido de que a gente conclua as estações de tratamento, ou façamos estações de coleta para que possamos já colocar em funcionamento, com o intuito de dar um salto nessa cobertura. Nossa expectativa é que até o final de 2025 essas cidades que teriam que estar universalizadas apenas em 2033, já estejam com 90% de cobertura.

RC – Em que consiste a operação assistida?

LA – A operação assistida leva em torno de 60 a 90 dias a partir

da assinatura do contrato até a virada da chave. Essa virada de chave que a gente chama é quando a Cagece termina a operação assistida com Ambiental e esta vai tocar sozinha o serviço. O bloco 1 teve a virada da chave no dia 30 de maio e o bloco 2 está prevista para o dia 15 de setembro. O bloco 2 tem uma particularidade: tem a maior e a menor cidade do estado, Fortaleza e São Luiz do Curu, respectivamente. Em Fortaleza, só de estações elevatórias de esgotamento sanitário são mais de 80, portanto um trabalho que exige muita competência, muita firmeza dos envolvidos nesse processo.

RC – O contrato com a Ambiental Ceará abrange outros serviços além da coleta e do tratamento de esgoto nesses municípios?

LA – O nosso contrato da PPP é basicamente só esgotamento sanitário. Na região do Cariri eles têm um trabalho com resíduos sólidos, mas não é conosco, é com uma outra empresa. A Cagece vai ter equipes sociais para acompanhar os trabalhos, que são a princípio, tocados pela Ambiental Ceará. Eles vão fazer esses programas sociais,



“

Ressalto aqui o esforço e o protagonismo da Cagece nesse processo para alcançarmos a universalização. É uma empresa que tanto orgulha todos que fazem parte do seu dia a dia”.

a exemplo das demais cidades, como foi dito aqui, ter o estado do Ceará em breve saneado. Está sendo estudado quais grupos de cidades serão feitos, como foi feito nesse primeiro.

RC – Que mensagem o senhor quer deixar para quem vai ler essa entrevista?

LA – Ressalto aqui o esforço e o protagonismo da Cagece nesse processo para alcançarmos a universalização. É uma empresa que tanto orgulha todos que fazem parte do seu dia a dia. É sempre importante ressaltar que a Cagece é quem está tocando. É com muito orgulho que a gente dirige esse setor da Cagece, que toca as parcerias público-privadas. Dizer também da felicidade e da minha satisfação de estar à frente de uma equipe tão competente, tão disposta, tão habilidosa, tão prestativa, tão comprometida com a execução desse trabalho. ■

mas nós estaremos com equipes nossas acompanhando que é a Gerência de Responsabilidade e Interação Social da Cagece e também equipes próprias da nossa diretoria. O trabalho social é previsto durante e depois dos serviços.

RC – Além da atual PPP de esgoto quais outras PPPs estão no radar da Cagece?

LA – A Cagece atende a 152 municípios e destes, a PPP contempla 24, assim todos os outros 128 municípios estão sendo estudados para que a gente possa ter esse trabalho também estendido, oferecido nessas outras cidades. Nós vamos criar outros blocos, na região da Ibiabapa, na região do Vale do Jaguaribe, o restante da região do Cariri, os Inhamuns, a região Norte-Noroeste do estado, ali na região de Sobral, justamente para que a gente possa universalizar em todo o estado do Ceará. Pelo

menos três ou quatro blocos também seguirão o mesmo processo. Vai ser feita uma licitação, outras empresas participarão e quem vier a ganhar, certamente tocará esse serviço. Está em fase de estudo. Nós acreditamos que até o final deste ano tenhamos um trabalho para apresentar ao presidente e à diretoria e, se aprovado, é possível que em 2024 já venhamos a licitar esses blocos.

RC – As demais PPPs previstas têm o mesmo escopo da primeira?

LA – Sim, elas têm o mesmo escopo da PPP, o mesmo escopo desses dois contratos que nós já temos. O que motivou a PPP é que os nossos braços para ampliar para mais cidades e fazer a parte do esgotamento sanitário ainda são curtos, por isso que nós buscamos essa solução da PPP para trazer um parceiro privado para o processo e que a gente possa,

“

Nós vamos criar outros blocos, na região da Ibiabapa, na região do Vale do Jaguaribe, o restante da região do Cariri, os Inhamuns, a região Norte-Noroeste do estado, ali na região de Sobral, justamente para que a gente possa universalizar em todo o estado do Ceará”.